

Sublegenda, Rivalidade e Cooperação: um estudo sobre as rivalidades partidárias no interior da ARENA gaúcha nas eleições riograndenses - (1966/1978)

Dirceu André Gerardi
Rafael Machado Madeira

“Partido político de âmbito nacional, de apoio ao governo, fundado em 4 de abril de 1966 dentro do sistema de bipartidarismo instaurado no país após a edição do Ato Institucional nº2 (27/10/1965), que extinguiu os partidos existentes, e do Ato Complementar nº4, que estabeleceu as condições para a formação de novos partidos. [...] O sistema criado foi bipartidário sobretudo porque, para existir, cada movimento político deveria contar com quase 1/3 dos congressistas existentes, afora o fato de que os representantes do povo tiveram, por lei, 45 dias para organizar os novos partidos.

O bipartidarismo foi, assim, artificialmente implantado em virtude de um duplo processo de determinação. Por um lado, a intenção governamental de criar um partido suficientemente forte para assegurar respaldo parlamentar e, por outro, a acomodação dentro de cada partido de políticos de posições diversificadas”. (Abreu, 2001; 112).

1. Introdução

Na primeira definição da ARENA encontrada em Abreu (2001), pode-se identificar claramente uma das principais características do partido encarregado de dar sustentação política ao regime militar brasileiro: o fato do mesmo ter sido formado por atores políticos de praticamente todas as cores partidárias existentes no período anterior, muitos dos quais eram rivais ferrenhos entre si no âmbito municipal e estadual³. Dessa forma, a ARENA (assim como o MDB) foi marcada, em nível nacional, pelo que parte da literatura especializada denominou como um “artificialismo” muito grande (Kinzo, 1988), que refletia esta incorporação (em grande parte dos casos indiscriminada) de atores políticos das mais diversas cores partidárias no interior do partido. De acordo com Krieger (1976) e Filho (1975) a estratégia do regime de criar um grande partido de apoio ao governo militar implicou na formação desta estrutura significativamente heterogênea. Um exemplo destes problemas constituiu-se justamente em como resolver o impasse na escolha dos candidatos do partido nas eleições majoritárias (senador e prefeito municipal) em todo o país.

Sobre este aspecto, o testemunho do ex-udenista Mem de Sá, arenista e também ministro durante o governo Castelo Branco, narra com exatidão as dificuldades encontradas na época para resolver essa questão:

“O caso mais difícil... era o da conciliação dos interesses eleitorais e partidários entre remanescentes das agremiações, adversários forçosamente reunidos, sobretudo entre os ex-

³ Sobre este aspecto em três dos principais estados brasileiros ver, por exemplo, com relação à Bahia: Sampaio (1960, 1964, 1966 e 1967-1968) e Guimarães (1976). Com relação à São Paulo: Ferreira (1960 e 1964), Malheiros (1961), Dallari (1967-1968 e 1976) e Sampaio (1982). E, por fim, com relação ao Rio Grande do Sul: Azevedo (1960 e 1964). Para se restringir (à exceção do livro de Sampaio sobre o PSP paulista) somente aos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Políticos. Sobre este aspecto em nível nacional, ver: Kinzo (1988) e Meneguelo, Mainwaring e Power.(2000).

pessedistas, os ex-udenistas, e até numerosos ex-trabalhistas. Como metê-los todos na mesma canoa e, especialmente, como escolher, dentre eles, os candidatos para as eleições para o ano seguinte, 1966?” (Kinzo:1988; 30).

Assim, no processo de seleção de candidatos, a ARENA deparava-se com um agente complicador que, pode-se supor, influenciou decisivamente no grau de coesão interna do partido. Devido ao fato do mesmo ter se formado a partir da confluência de vários dos partidos anteriormente existentes (principalmente da UDN, PSD, PL, PDC e PRP), uma das principais dificuldades postas no momento da definição das candidaturas, era a da acomodação destas antigas correntes partidárias no interior do novo partido.

Neste cenário, pode-se supor a existência, no interior da ARENA, de uma disputa e uma relação de forças bastante intensa entre os diferentes grupos pelo domínio, não só dos cargos eletivos, mas também das nomeações e dos cargos de comando interno do partido (diretórios municipais e estaduais). Uma das formas encontradas para amenizar esses conflitos e viabilizar a manutenção da unidade partidária, por mais precária que ela tenha sido inicialmente, foi a instituição das sublegendas nas eleições majoritárias (para senador e para prefeito, nas cidades em que ocorreram eleições). Esse mecanismo visava justamente a solucionar o problema da representação dos diferentes grupos nas eleições, permitindo o lançamento de até três nomes por partido em cada disputa eleitoral, possibilitando assim que as facções internas (representadas, via de regra, pelos remanescentes dos antigos partidos) se sentissem contempladas, podendo lançar suas respectivas lideranças na disputa.

Um partido altamente fragmentado internamente e tendo que conviver e buscar conciliar da melhor forma possível rivalidades profundamente arraigadas entre seus membros e seus respectivos grupos. Esta, sem dúvida, constitui-se em uma das características mais marcantes da ARENA em nível nacional, e perpassa, desde a sua origem, toda a estrutura interna do partido.

Apesar deste caráter artificial atribuído à ARENA e MDB em nível nacional pela literatura especializada, no Rio Grande do Sul esta artificialidade não se reproduziria com a mesma intensidade uma vez que a dinâmica político-partidária já seria, tradicionalmente, marcada por uma bipolarização muito forte tanto em nível estadual - Xausa e Ferraz (1981) - como também no âmbito municipal - Trindade (1981) e Trindade e Noll (1991). De acordo com os autores:

“A extinção dos partidos imposta pelo Ato Institucional nº2, afora o esperado impacto sentimental, não trouxe ao estado nenhuma alteração de relevância nos alinhamentos políticos já existentes. Ao contrário da maioria dos demais estados, onde a ARENA e o MDB aglomeravam grupos artificiais ou heterogêneos, no Rio Grande serviram apenas para confirmar e oficializar arregimentações já fixadas firmemente nas eleições de 1962, e que em 1966 foram substancialmente as mesmas, como seriam de resto sem a extinção dos partidos”. (Trindade apud Xausa e Ferraz, 1991, p. 82).

Dessa forma, no Rio Grande do Sul, o sistema bipartidário imposto pelo regime militar em 1965 teria, tão somente, se sobreposto à configuração e à dinâmica previamente existentes no estado. O fato dos partidos conservadores-liberais (o anti-PTB)⁴ e dos partidos populistas (notadamente o PTB) constituírem-se, respectivamente na base da ARENA e do MDB gaúchos é aqui tomado como um indicador do impacto reduzido que a instauração do bipartidarismo teve no estado, em função da sua dinâmica partidária e eleitoral já polarizada.

⁴ Ver Trindade e Noll, 1991.

Além disso, o fato dos partidos formadores da ARENA no estado possuírem uma trajetória comum de alianças, tanto eleitorais como administrativas, que quase sempre se refletia também em uma atuação unificada na Assembleia Legislativa (enquanto governo e enquanto oposição) pode ser tomado aqui como uma das causas que explicariam esse caráter menos artificial da ARENA gaúcha em relação às demais seções estaduais do partido.

Um dos principais objetivos do presente trabalho é o de contrastar estas duas perspectivas, analisando a dinâmica da ARENA gaúcha com base justamente na relação entre os grupos remanescentes dos antigos partidos existentes no período multipartidário anterior. O fato de a dinâmica eleitoral (principalmente para o governo do estado) entre 1945-1964 ter se caracterizado pela disputa entre dois blocos claramente definidos permite afirmar que não havia clivagens/disputas internas a cada grupo? É possível afirmar que a passagem do “anti-PTB” para a ARENA, significou apenas a unificação em uma mesma legenda de lideranças que já atuavam na prática como um único partido? O presente trabalho visa a problematizar esta interpretação através da análise do padrão de relação entre os diversos grupos que formam a ARENA no estado do Rio Grande do Sul.

Para isto, parte-se do pressuposto da existência de duas lógicas eleitorais distintas (uma nas eleições estaduais e outra nas municipais). Neste cenário, pode-se supor que as rivalidades locais entre os remanescentes dos antigos partidos, que eram possíveis de serem sublimadas quando concorriam em aliança nas eleições estaduais, passavam a influenciar e a tencionar os grupos a defenderem a utilização do recurso da sublegenda, nas eleições à prefeitura municipal, dando espaço à manutenção das disputas entre as lideranças que formavam a ARENA. Para avaliar este aspecto, além da existência, ou não, destas rivalidades no interior do partido em cada município, deve-se considerar também a força do próprio MDB, uma vez que este fator (pode-se supor) influenciou na estratégia utilizada pelo partido governista em cada eleição. Outra dimensão relevante para a análise constitui-se em tentar mensurar até que ponto a divisão dos candidatos arenistas em sublegendas foi fruto de disputas e rivalidades internas e até que ponto, resultou, simplesmente, da estratégia do partido governista buscando potencializar seu desempenho eleitoral *vis-a-vis* ao MDB.

Entende-se que o tema proposto por este artigo possui relevância em função da escassez de estudos que tenham como objeto principal de análise, tanto o período bipartidário (1965-1979) como, em particular, a ARENA. No Rio Grande do Sul, particularmente esta análise possui relevância uma vez que a ARENA constituiu-se na base de uma das organizações partidárias mais bem estruturadas no estado (o atual PP – Partido Progressista). Segundo o site do partido, contam com 148 prefeitos, 122 vice-prefeitos⁵ e 1177 vereadores eleitos⁶ em 2009. Já no ano de 2012, os resultados eleitorais demonstram que o PP, mesmo com alguma diminuição, é o partido que mais elegeu prefeitos e vereadores no estado. Conta atualmente com 136 prefeitos⁷ e 1.168 vereadores eleitos⁸.

⁵ Partido Progressista, diretório regional do Rio Grande do Sul. *Prefeito de Minas do Leão é eleito presidente da Associação dos Prefeitos e Vice-prefeitos Progressistas*. <http://www.pp-rs.org.br/noticias_int_materia.php?id=1668> acesso: 28 de maio de 2011.

⁶ Partido Progressista, diretório regional do Rio Grande do Sul. *Com mais 3 cadeiras confirmadas em Boa Vista do Cadeado, PP-RS ratifica maior número de vereadores com 1177 eleitos*. <http://www.pp-rs.org.br/noticias_int_materia.php?id=1488> acesso: 28 de maio de 2011.

⁷ Resultados eleitorais de executivos municipais do PP do Rio Grande do Sul para as eleições de 2012 <<http://www.google.com.br/elections/ed/br/results>> acesso 15 de outubro de 2012.

⁸ Resultados eleitorais para vereadores do PP no Rio Grande do Sul para as eleições de 2012 <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleicoes-2012>> acesso, 15 de outubro de 2012.

Entende-se também que esta abordagem possui relevância uma vez que a partir da dinâmica identificada ao longo das eleições (estaduais e municipais), será possível mensurar de forma mais precisa o impacto que a instauração do sistema bipartidário teve na dinâmica política do estado. Nesse sentido, a análise exploratória das eleições majoritárias possibilitará mensurar a existência de rivalidades municipais entre os remanescentes dos antigos partidos dentro das novas organizações partidárias ARENA e MDB.

A hipótese que orienta a pesquisa é a de que mesmo na ARENA gaúcha onde o processo de formação do partido teria sido menos artificial que no restante do país, a manutenção de rivalidades locais no interior da ARENA (e do MDB), ainda assim, se faz presente. Rivalidades estas que podem, não só, serem identificadas, como também atuarem no sentido de definir o padrão de interação entre os diferentes grupos no interior do partido, ao longo das eleições ocorridas no período.

Parte-se também do pressuposto de que as eleições municipais constituem-se no cenário privilegiado para o estudo da manifestação destas rivalidades. Uma vez que as mesmas possibilitariam, através do mecanismo da sublegenda, não só a sobrevivência de antigas rivalidades existentes no interior do antigo “anti-PTB” gaúcho (Trindade e Noll, 1991), como o surgimento de novas clivagens no interior da organização, oriundas, por exemplo, da ascensão dos arenistas mais jovens, cuja experiência partidária inicia-se somente após a extinção do multipartidarismo.

Para esta análise, realiza-se aqui um mapeamento do fenômeno da sublegenda em alguns dos principais municípios da província: Caxias dos Sul e Ijuí. A análise consistirá no exame dos dados eleitorais colhidos no Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul e referentes às eleições para prefeito ocorridas ao longo do período de vigência do bipartidarismo (1966, 1972 e 1976) além dos de 1982, na fase de transição democrática. Além destes dados, as trajetórias dos candidatos a prefeito serão analisadas a partir dos dados biográficos dos mesmos.

2. Antecedentes eleitorais: a polaridade entre PTB e *Anti-PTB* - (1945-64)

As rivalidades políticas verificadas durante o multipartidarismo no Rio Grande do Sul foram caracterizadas pela polarização da disputa eleitoral. Este modelo norteou em certa medida, o ingresso de quadros políticos dos antigos partidos na ARENA e no MDB. As disputas eleitorais centradas ao executivo subnacional gaúcho e legislativos (estadual e federal), demonstram com maior nitidez a polaridade entre PTB e anti-PTB.

Nas eleições para o governo da província gaúcha de 1947, a coligação (PSD/PRP/PCB) vence o PTB por apenas 20 mil votos. Em 1950 o PTB aliado ao PSP inverte o jogo, derrotando a coligação (PSD/PL/UDN), situados como anti-PTB. Em 1954 a Frente Democrática (PSD/PL/UDN), retoma o poder. Leonel Brizola em 1958 pela coligação (PTB/PRP) reconquista o executivo estadual, derrotando a Frente Democrática. No ano de 1962 o grupo anti-PTB organiza a coalizão conhecida como Ação Democrática Popular – ADP, composta pela coligação: (PSD/PL/UDN/PRP/PDC) que elege Ildo Meneghetti, por uma diferença de 20 mil votos ante ao PTB. Esta breve descrição revela duas coisas: 1) a bipolaridade da disputa eleitoral, marcada pelo aumento no número de coligações e 2) o PTB que assume *status* de principal força eleitoral em 1962, concorrendo às eleições ao executivo (legislativos estadual e federal além do senado) sem coligação.

Neste contexto de extrema competição eleitoral, as coligações foram a maneira encontrada pelos partidos menos representativos, como uma alternativa viável a sua sobrevivência. Campello de Souza (1983) exemplifica que o sistema eleitoral se encaminhava para uma relativa incerteza eleitoral, pela não existência de um “partido hegemônico” e pelo acirramento da competição. Para o caso gaúcho, a “incerteza” é gerada pelo descolamento dos resultados eleitorais do PTB em relação ao grupo que lhe faz oposição, tornando-se em 1962, mesmo com a saída do grupo de Fernando Ferrari, como a maior força do partido a nível nacional. Segundo Trindade (1978), o PTB gaúcho dominava 54% dos municípios, crescia em 56% enquanto PSD, seu principal adversários, declinava em 85% das cidades. Levando a crer que o PTB pelo menos no Rio Grande do Sul, não fosse o desfecho do Golpe militar de 1964, seria o partido “dominante”.

Fatores que favoreceram alinhamentos, alianças e coligações incomuns (como as entre UDN, PCB, PRP, PL e PSD), que não devem ser vistos como sinônimos de *artificialidade*, mas como alternativas a consecução de seus objetivos, relegando ao sistema certa *racionalidade*, teses de Campello de Souza (1983), Lima Junior (1982) e Lavareda (1991), que identificaram que havia de certa forma um “sentido na desordem”, e por consequência, encaminharia o sistema para a consolidação.

Por outro lado, a polarização PTB e anti-PTB que permeava a competição estadual, também irá reger a composição dos legislativos estadual e federal. Observa-se o crescimento constante do PTB, tendo um declínio em 1962 pela saída de Fernando Ferrari do partido. O PSD apresenta ao logo do tempo certa estabilidade, e o PL cresce irregularmente. A UDN não possuía expressão eleitoral. Nenhum partido ou coligação ameaçou a liderança do PTB nos cargos legislativos.

Quadro 1 **Votação dos partidos para a Deputado Estadual e Federal RS (1945-1962)**

Partido	Ano da Eleição									
	1947		1950		1954		1958		1962	
	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal	Estadual	Federal
PTB	172.059	40.146	250.316	296.421	312.957	338.829	480.866	602.925	481.690	554.518
PSD	171.528	389.975	209.518	225.129	206.928	232.007	272.779	288.287	236.527	286.378*
PL	54.972	51.324	70.355	54.195	107.209	93.881	145.441	120.912	125.614	-
PSP	2.727	-	26.165	11.329	30.048	1.694	55.466	-	21.242	-
PRP	46.783	21.197	53.862	46.505	61.218	70.346	71.598	63.923	79.071	-
UDN	47.426	58.663	53.425	11.329	52.739	39.117	67.726	49.182	63.488	-
Outros	34.548	387.59	25.246	7.135	37.079	20.246	61.700	20.835	124.084	66.882
Total	530.043	561.305	688.887	652.043	808.178	796.120	1.155.576	1.146.064	1.131.716	907.778

Coligação Aliança Democrática Popular – APD (PL-UDN-PDC-PRP)

Fonte: (XAUSA e FERRAZ, 1981, p.155 e 156).

Neste sentido, o crescimento constante do PTB, aliado a radicalização da política e a eclosão de inúmeros movimentos reivindicatórios pelo país, proporcionou o desenvolvimento de um clima de incerteza eleitoral, instalado a partir de 1960 e, que funcionou seguramente contra o PTB (Xausa e Ferraz, 1981), reforçando ainda mais a polaridade. E é justamente esse posicionamento que será refletido na coligação da ADP para as eleições de 1962 ao governo subnacional, legislativos (estadual e federal) e para as eleições ao Senado. A ADP funcionou

como catalisador das correntes contrárias ao *petebismo* no estado, posição que também será a diretriz para a composição da ARENA riograndense.

O alinhamento verificado em 1962 pode ter fornecido as diretrizes para a migração para ARENA e MDB, mas não amenizará as disputas intrapartidárias na composição dos novos quadros partidários. Principalmente no caso da ARENA, onde essa aglutinação foi problemática em vários sentidos, entre eles destaca-se a tentativa de congregar numa mesma corrente política, quadros de antigos adversários políticos e outro, e também, não menos importante, seria o peso que a representatividade dos partidos anteriores teria no momento da composição e indicação das candidaturas. Neste sentido, verificaremos como ocorreu a transição destes quadros dos *antigos* aos *novos* partidos e como a sublegenda viabilizou a manutenção destas rivalidades eleitorais nas cidades selecionadas.

3. Sublegenda e rivalidade: as eleições municipais da ARENA e MDB

Posteriormente a edição do AI-2 o regime militar altera as regras do jogo eleitoral, favorecendo nitidamente ao partido que lhe dá sustentação: a ARENA. O impacto do bipartidarismo na competição político-eleitoral do Rio Grande do Sul foi devastador principalmente para o PTB. Se antes o PTB (Trindade, 1978), dominava 54% das cidades, com o MDB esse dado não passaria dos 6%. Os partidos situados no momento anterior como anti-PTB, dominavam em apenas 14%, com a ARENA, controlam 40% dos municípios. Contudo o número de localidades sem dominação salta de 28 para 54%. Desta forma o bipartidarismo inverte radicalmente as posições em que se encontravam os partidos. Agora cabe verificar como isso ocorre em Caxias dos Sul e Ijuí.

Das cidades citadas selecionamos os dados eleitorais disponíveis do período multipartidário (1945-1964), com intenção de confrontar com as chapas formadas nas sublegendas da ARENA e MDB nas eleições de 1968, 72 e 76 na intenção de testar as hipóteses anteriormente citadas.

3.1 Antecedentes políticos e as eleições de Ijuí (1968-1976)

Nossa hipótese determina que há ocorrência de competição intrapartidária quando as sublegendas apresentam chapas com candidatos distintos, mas quando as sublegendas são compostas por candidatos a prefeito distintos e um único nome para vice-prefeito em ambas as chapas, é plausível intuir que estamos diante de um projeto de partido que pretende usar a sublegenda e seus candidatos para maximizar os ganhos eleitorais e dar espaço para as diferentes lideranças que passaram a coabitar no partido possam manter suas respectivas máquinas partidárias e eleitorais em funcionamento.

O texto apresentará inicialmente os antecedentes eleitorais do período multipartidário (1947-1963), identificando a polarização *pró* e *Anti-PTB*. Posteriormente, focaremos na análise dos dados eleitorais da ARENA e MDB entre (1968 e 1976), verificando a competição intrapartidária nas sublegendas. Com a abertura política de 1979, o multipartidarismo volta a vigorar atrelado a uma parte da legislação anterior, permitindo a presença da sublegenda. Desta forma, as eleições de 1982 ocorridas num período de transição democrática, serão adicionadas na análise de maneira complementar, pelo fato de apresentar as características de competição interna do período anterior.

Nas eleições de 1959 é eleito como prefeito em Ijuí, o petebista, Benno Orlando Burmann que relatando sobre sua candidatura a Assembleia Estadual, relata a ocorrência da polarização:

“[...] o partido insistia em lançar seu nome à Assembléia Legislativa; “apesar de negar-me a aceitar a indicação, meu nome foi aprovado pela convenção partidária como candidato a deputado”. Não aceitei, negando-me a assinar o documento, autorizando a inscrição como candidato. Os prazos para indicação e registros dos candidatos estavam encerrados, quando a Câmara Federal, atendendo aos interesses dos Partidos conservadores, votou uma lei reabrindo os prazos para indicação e registros de candidatos. A campanha desenvolveu-se de forma dramática, reunindo, de um lado, todos os partidos em atividade (numa frente anti-PTB) e do outro, o PTB” (BINDÉ, 2006: 36-7).

Observando os resultados eleitorais do período multipartidário (1947–1965) da cidade de Ijuí, identificamos competição ao executivo municipal nos anos de 1947, 1951 e 1955, centradas entre três partidos (PSD, PRP e PTB). Nas eleições de 1959 com a coligação da Frente Democrática - FD (PSD/UDN/PL), e 1963 com a da Ação Democrática Popular – ADP (PRP/UDN/PL/PDC), procuravam derrotar o crescimento do PTB na esfera local, equalizado pelos resultados estaduais do partido. No legislativo municipal o PTB entre 1955 e 1963 crescia e seus vereadores obtinham as maiores votações entre os partidos. Porém o PRP foi o fiel da balança em grande parte das eleições.

Em 1947 a coligação PTB/PTL obteve 2.615 votos (37,12%), elegendo o prefeito e vencendo o PRP por 179 votos; O PSD conquistou 28,31% da votação. O vice-prefeito eleito pertencia à coligação PTB/PL e obteve votação de 2.731 obtendo 39,20% dos votos válidos. No legislativo municipal o PRP elege sete (6) vereadores, PL e PSD dois (2) cada um, e o PTB apenas um (1) sendo a minoria no legislativo.

Na eleição para prefeito de 1951 a FD fez 3.363 ou 34,40% dos votos, vencendo a chapa do PRP por oitos votos; O PTB coligado com o PSDA⁹ obteve 30,05%. O vice-prefeito eleito foi da FD, conquistando 37,37% dos votos sob o candidato do PRP. No legislativo a FD¹⁰ e PRP elegem quatro (4) vereadores cada, o PTB três (3). Os vereadores do PRP seguidos pelos do PTB foram os mais votados no geral, após observamos os da FD, com as menores votações.

Para o pleito de 1955 as duas principais forças da cidade PRP e PSD coligadas fizeram 5.029 votos, vencendo o PTB por uma diferença de 540 votos. Neste momento, verificamos que o PTB fixava-se como um partido protagonista na esfera local, pois obtém sozinho, 4.489 votos, representando 34,38% dos sufrágios e só é derrotado (mesmo assim por margem mínima de votos) pela união das até então duas principais legendas do município. O vice do PRP/PSD vence com 37,94% dos votos, porém o petebista obtém 4.559. No legislativo, PRP/PSD elegem cinco (5) vereadores¹¹, PTB sozinho elege quatro (4), os mais votados na câmara, e o PL dois (2).

A partir das eleições de 1959 é crescente o número de partidos coligados, e obedecem a lógica da dinâmica de disputa político-partidária e eleitoral identificada em âmbito estadual: polarização entre *Pró* e *Anti*-PTB. No âmbito da disputa, esta passa a ser, em certa medida, bipartidária. Nesta eleição são duas as chapas: PTB/PRP *versus* FD. PRP era o fiel da balança em Ijuí e jogava com o lado que lhe proporcionasse maiores ganhos. Como resultado, (PTB/PRP)

⁹ Partido Autonomista, fundado por um grupo de políticos gaúchos dissidentes do PSD, após Getúlio Vargas ter rompido com o PSD nacional em 1948.

¹⁰ Dois do PSD e dois do PRP. UDN não elegeu vereador.

¹¹ Dois do PSD e três do PRP.

obtiveram 8.337 votos, correspondentes a 60,13% da votação municipal ante a FD que obteve apenas 32,32%. No legislativo a coligação (PTB/PRP) conquista sete (7) assentos¹² e a FD quatro (4) vagas.

A eleição de 1963 é simbólica, demonstrando a nítida polarização do *Anti-PTB*, congregados na ADP, derrotando o solitário PTB. O PRP foi o “fiel da balança” nas eleições de 1955, 59 e 63, apesar de sua força no legislativo diminuir drasticamente ao longo do tempo. A situação da UDN era agonizante, nunca elegeu prefeito ou vereador sem estar coligado. O peso das coligações era fator decisivo na determinação das vitórias.

Com base nos dados da (tabela 1), observamos que o ingresso dos quadros políticos do período multipartidário no interior da ARENA ou MDB, no município, parece ter obedecido a polarização das eleições de 1963, desta forma uma das chaves para se entender as migrações para ARENA/MDB em 1965 são as eleições de 1962/63 e a polarização PTB *versus* anti-PTB. Isso revela duas coisas, uma que o MDB teve maior espaço para o desenvolvimento de novas lideranças e a segunda, que a ARENA acondicionava em um mesmo espaço representantes políticos de correntes diversas, além de antigas rivalidades desempenhadas no período anterior. Desta forma a sublegenda torna-se uma válvula de escape, permitindo que as rivalidades sejam amortecidas em seu interior.

As duas sublegendas da ARENA em 1968 deixam muito clara essa competição. A sublegenda **ARENA I** lança como candidato a prefeito Reinholdo Kommers, Vereador (PRP) em 1951 e 1955 e suplente de Deputado Estadual (PRP) 1958, com 4.285 votos. O Vice-Prefeito indicado, Olívio Hermes, foi suplente de vereador (PL) 1955. Na **ARENA II**, Emídio Odósio Perondi é candidato a Prefeito, foi Vereador (PSD) 1963, posteriormente teve trajetória como Deputado Federal e após na Federação Gaúcha de Futebol. Seu Vice-Prefeito Carlos R. Sperotto não possuía trajetória anterior. No MDB, a sublegenda **MDB I** apresenta como prefeito Sady Strapazzon, Vereador (PTB) 1951, 1955 e 1959, seu vice, Wanderley A. Burmann (descendente de Benno Orlando Burmann) foi Vereador (PTB) 1947 e Prefeito eleito (PTB) 1959. Após o golpe militar de 1964, é perseguido e exilado no Uruguai. No **MDB II**, observamos o contraste com o candidato a prefeito Francisco Assis Costa, Suplente de Vereador (PL) 1947, 1951, 1955 e 1959, assumindo em todas as legislaturas; Vereador eleito (PL) 1963; desempenhou atividade partidária no interior do PL desde a fundação. Era sócio de um comércio de bebidas (Werner LTDA) e atuava como advogado no município; Seu vice Amaury Muller não possuía trajetória anterior.

Mesmo com a extinção do multipartidarismo os militares não conseguem apagar o carisma e, muito menos, a identificação do eleitorado com estas lideranças, uma prova disso é a vitória do MDB ante a ARENA, por uma diferença de 165 votos. No legislativo municipal o MDB elege seis (6) vereadores, obtendo 7.796 votos que representam 50,42% da votação total; e a ARENA cinco (5), ficando com 45,54% dos votos. Marcando a volta da competição eleitoral, parecido com o modelo polarizado de outrora. Porém, o PTB agora sob a forma de MDB e o anti-PTB no interior da ARENA. Tais dados nos permitem afirmar que, ao menos em Ijuí, as primeiras eleições não trouxeram para o regime militar o resultado esperado de toda a engenharia institucional montada para criar um partido político de apoio ao regime grande e viável eleitoralmente e um partido de oposição mais fácil de ser derrotado nas urnas.

ARENA e MDB apresentaram candidatos ao executivo e legislativo municipal com trajetória política anterior. Entre os vereadores do período multipartidário, apenas um do PTB (Sady Strapazzon) ingressa no MDB e é reeleito. No MDB migraram antes do PTB e PL. O caso

¹² Dois do PRP e cinco do PTB.

de ex-PL no MDB também demonstra que assim como no âmbito estadual (onde se identifica a também a presença de um ex-membro do PL – Paulo Brossard – no MDB) nem sempre a polarização se manteve coerente no município de Ijuí.

Em 1982 com a abertura política, a preservação do sistema de sublegenda e o retorno do multipartidarismo, a análise dos resultados eleitorais permitiu verificar o acirramento da disputa eleitoral local, agora, equalizada pela quantidade de partidos e as sublegendas derivadas, fragmentando a disputa e tornado os resultados imprevisíveis. Por outro lado, observamos o retorno de uma elite política do período multipartidário (1945-1964), antes do PTB e agora acomodada no PDT representada pela família Burmann.

Em um breve histórico da família, identifica-se que atravessa três sistemas eleitorais, não sendo desarticulada pela ditadura. Benno Orlando Burmann, trabalhou na Associação Comercial de Ijuí e formou-se contador e em 1944 fundou o PTB sendo eleito vereador da Juventude Trabalhista. Fora da vida política foi fiscal e inspetor da Secretaria Estadual da Fazenda, proprietário do moinho *Arroio do Leão*, no atual distrito do Chorão, além de proprietário e plantador no distrito de Mauá, foi um dos fundadores da COTRIJUÍ. Perseguido pela ditadura, exila-se no Uruguai, Após retornar ao Brasil, é eleito Deputado Estadual pelo PDT, partido fundado por ele em Ijuí e faleceu em 2006. Seu irmão, Arno Arcêncio Burmann era comunista e defensor da Campanha da Legalidade, ajudando inclusive a organizar um grupo de militantes dispostos a pegar em armas em Catuípe, local onde residia¹³. Wanderley Agostinho Burmann, também era irmão de Benno. O filho de Wanderley, Gerson Burmann é eleito três vezes pelo PDT (2002, 2006 e 2011)¹⁴.

As sublegendas em 1982 foram utilizadas pelos partidos como forma de maximizar os ganhos eleitorais, podendo ser comparado com um modelo de partido catch-all, no sentido de oferecer ao eleitorado diversas opções de candidatos e com penetração em eleitorados diversos.

Por fim, a análise das quatro eleições ocorridas sob o guarda-chuva do bipartidarismo nos permite elencar, à guisa de conclusão, os pontos que seguem. 1) O êxito do Regime em formar um partido de apoio ao governo e com força eleitoral foi alcançado apenas parcialmente em Ijuí. Este êxito relativo é atestado pelas derrotas das forças governistas tanto nas primeiras (1968), quanto nas últimas eleições (1982) disputadas sob a vigência do mecanismo da sublegenda. 2) Se não venceu todas as eleições, a continuidade das carreiras políticas dos prefeitos eleitos pela ARENA em 1971(Emídio Perondi) e em 1976 (Wilson Mânica) atesta o êxito do regime em sua política de patrocinar carreiras e novas lideranças (ou de lideranças de segunda grandeza) no município. Perondi, por exemplo, foi Deputado Federal pela (ARENA) em 1976, pelo (PDS) em 1982. Após isso, observamos seu irmão Darcício Perondi¹⁵, filiado ao PMDB seguir carreira política na Câmara dos Deputados de 1995 até os dias atuais. Wilson Mânica, por sua vez, conquistou cargos como Deputado Estadual (PDS) 1987 e pelo (PPR/PPB) 1991. O fato destes políticos não serem de famílias políticas tradicionais no município, de terem conquistado no máximo o cargo de vereador (o primeiro em 1963 e o segundo, já em 1968, sob a legenda da ARENA) e de terem ultrapassado as fronteiras do município e se tornado lideranças de âmbito estadual nas décadas de oitenta e noventa ilustra este ponto.

¹³ **Militante comunista de Ijuí homenageado nos 50 anos da Legalidade.** http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=162156&id_secao=3 . Acesso: 28/04/2012. “em determinado momento marchávamos para uma guerra civil na qual aderi a 3ª Região Militar do Exército, o que teve uma força notável, principalmente para o Rio Grande do Sul, onde os militares aguardavam armas para defender a legalidade”

¹⁴ Deputados eleitos pelo PDT de Ijuí. <http://pdtijui.com.br/?i=deputados> . Acesso: 28/04/2012.

¹⁵ Deputado Federal eleito pelo PMDB em 1995, 1999, 2003, 2007 e 2011.

Toda a perseguição que os opositoristas sofriam, combinada com o estímulo e apoio dados pelo regime aos candidatos oficiais contribuíram para que os efeitos destas práticas possam ser identificados em Ijuí muito tempo após a extinção, seja da ARENA, seja do próprio regime militar.

Tabela 1 – Eleições multipartidárias e sublegendas apresentadas pela ARENA e MDB entre 1968 e 1976

		IJUI					
		Ano Eleição	Partido	Prefeito	Vice-Prefeito	Votos	Situação
Multipartidarismo	1947	PTB-PTL	Joaquim Pôrto Vilanova	José Antônio Frantz	2615	Eleito	
		PRP	Alberto Hoffmann	João Cardoso de Azambuja	2436		
		PSD	Solon Gonçalves da Silva	Edvino Schröer	1995		
	1951	PSD/UDN/PL ¹⁶	Ruben Kessler da Silva	Orlando Dias Athayde	3363	Eleito	
		PRP	Eugenio Michaelsen	Lothar Fredrich	3355		
		PTB-PSDA	Gentil Pedro Lucca	Hugo Willy Hintz	2938		
	1955	PSD-PRP	Lothar Friedrich	Edwino Schröer	5029	Eleito	
		PTB	Joaquim Pôrto Vilanova	Antônio Bresolin	4489		
		PL-UDN	Orlando Dias Athayde	Bruno Fuchs	3134		
	1959	PTB-PRP	Benno Orlando Burmann ¹⁷	Eugênio Michaelsen	8337	Eleito	
		PSD/UDN/PL ¹⁸	Bruno Fuchs	Solon Gonçalves Dias	4481		
	1963	PRP/UDN/PL/PDC ¹⁹	Walter Müller	Solon Gonçalves da Silva	8413	Eleito	
PTB		Ademar Porto Alegre	Telmo Tassinari	5664			
MTR			Serafin Rodrigues Pasche				
Ditadura	1968 ²⁰	ARENA 1	Reinholdo Kommers ²¹	Olívio Hermes ²²	4759		
		ARENA 2	Emídio Odósio Perondi ²³	Carlos R. Sperotto ²⁴	2593		
		MDB 1	Sady Strapazzon ²⁵	Wanderlei Agostinho Burmann	6112	Eleito	
		MDB 2	Francisco Assis Costa ²⁶	Amaury Muller	1412		
	1971 ²⁷	ARENA 1	Emídio Perondi	Wilson Mânica ²⁸	6790	Eleito	
		ARENA 2	Walter Müller ²⁹	Claude Wondracek ³⁰	4992		
	MDB 1	Itelmino J. Severgnini	João Filipin ³¹	3081			

¹⁶ Frente Democrática.

¹⁷ Vereador (PTB) 1947 e um dos fundadores do PTB 1947.

¹⁸ Frente Democrática.

¹⁹ Ação Democrática Popular.

²⁰ Fonte: Jornal Correio Serrano, 18 Nov. 1968 p. 1 e 2.

²¹ Vereador (PRP) 1951 e 1955; Suplente de Deputado Estadual (PRP) 1958, com 4.285 votos; Deputado Estadual não eleito (ARENA) 1974;

²² Suplente (PL) 1955;

²³ Vereador (PSD) 1963; Candidato Prefeito (ARENA 2) derrotado 1968; Prefeito eleito (ARENA) 1971 e Deputado Federal (ARENA) 1979; Deputado Federal (PDS) 1982.

²⁴ Deputado Estadual não eleito (PFL) 2002;

²⁵ Vereador (PTB) 1951, 1955 e 1959

²⁶ Suplente Vereador (PL) 1947, 1951, 1955 e 1959, assumindo em todas as legislaturas; Vereador (PL) 1963,

²⁷ Fonte: Jornal Correio Serrano, 17 nov. 1972 p. 1.

²⁸ Vereador (ARENA) 1968; Deputado Estadual (PDS) 1987; Deputado Estadual (PPR/PPB) 1991;

²⁹ Suplente (PRP) 1951; Vereador (PRP) 1955 e 1959; Prefeito Eleito (ADP) 1968; Deputado Estadual (ARENA) 1966; Exerceu ainda outras atividades comunitárias, como a presidência da Sociedade Ginástica Ijuí.

³⁰ Vereador (ARENA) 1968;

		MDB 2	Aldo P. de Azambuja ³²	Serafin R. Pasche	1242			
		MDB 3	Alcides Lucion	Gilberto Pasquali	2183			
		ARENA 1	Wilson Maximino Mânica	Olivar Scherer ³⁴	6028	Eleito		
	1976 ³³	ARENA 2	Nilo Bonfanti ³⁵	Olivar Scherer	1294			
		ARENA 3	Armindo Pydd	Olivar Scherer	5579			
		MDB 1	Sady Strapazon	Valdir Heck	1915			
		MDB 2	Wanderley Burmann	Itelvino Severgnini	9394			
		Abertura	1982 ³⁶	PDT 1	Wanderlei Agostinho Burmann	Valdir Heck	14449	Eleito
				PDT 2	Leonardo Azambuja ³⁷	Santo Joel V. da Cunha ³⁸	410	
				PDS 1	Armindo Pydd	Antonio Nilo Schirmer	5420	
PDS 2	Olivar Scherer			Antonio Nilo Schirmer	6280			
PDS 3	Jaime Sérgio Muraro			Antonio Nilo Schirmer	2683			
PMDB 1	Honorato Pasquali			Santa Edy Nehring	1008			
PMDB 2	Suimar João Bressan			Santa Edy Nehring	743			
PMDB 3	Thomaz Aquino de Moaraes			Santa Edy Nehring	532			
PT	Dinarte Belato	Valentina Fracaro	274					

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Projeto Memória das urnas. UNIUIJUI. <http://www.unijui.edu.br/content/view/4884/3938/lang.iso-8859-1/>. último acesso: 30/04/2012.

3.2 Antecedentes políticos e as eleições de Caxias do Sul (1968-1976)

A cidade de Caxias do Sul era composta na década de 1970 por uma estrutura fundiária formada por pequenas propriedades e com maioria populacional concentrada na cidade. Tal estrutura econômica teria influenciado no declínio de partidos conservadores como o PSD e um crescimento das forças populistas (PRP e PTB) (Trindade, 1978). Segundo o mesmo autor, o PTB foi o partido dominante na cidade ao longo do tempo, seguidos pelo PRP e PSD.

A disputa política ao executivo municipal caxiense para as eleições de 1947 é centrada em quatro partidos (PTB, PRP, PSD e UDN/PL), tendo como favorito o PTB. Em 1951, a disputa é reduzida a duas chapas, uma delas é a coligação da Frente Democrática – FD (PSD/PRP/PL/UDN), contra o PTB, simbolizando o início da polarização PTB *versus* anti-PTB no município. Na eleição de 1955, o PTB/PRP derrota a coligação PSP/PSD/PL. O Prefeito petebista Rúben Bento Alves é eleito Deputado Estadual, e seu Vice, do PRP, Guido Mondin ao Senado em 1958. Assume o Presidente da Câmara e vereador do PRP, Bernardino Conte. Para as eleições de 1959, apenas duas chapas foram apresentadas, uma pela FD (PSD/PL/PDC/UDN), derrotada pela do PTB/PRP. Na eleição de 1963, verificam-se novamente apenas duas chapas, de um lado Aliança Democrática Caxiense – ADC – Integrada por (PSD/PDC/PRP/PL/UDN/MTR) que derrota a coligação entre PTB/PSP.

Observado os resultados eleitorais do legislativo municipal, nota-se que a principal força em 1947 foi o PSD, elege cinco (5) dos onze vereadores, contudo, entre 1951 e 1963, perde força elegendo apenas dois (2) vereadores nos anos de 1951, 1955 e 1963 (em 1959, não elege representante). O PSP perde representatividade constantemente entre 1951 e 1959. O PTB cresce constantemente entre 1947 e 1959, apresentando um declínio em 1963, elegendo (2, 4, 5, 6 e 4).

³¹ Vereador (MDB) 1968;

³² Vereador (MDB) 1968;

³³ Fonte: Mapa Totalizador Eleições 1976 TRE 1976.

³⁴ Vereador (ARENA) 1972;

³⁵ Vereador (ARENA) 1972;≠

³⁶ Fonte: TRE-RS Resultados eleitorais eleições de 15/11/1982.

³⁷ Professor FIDENE;

³⁸ Funileiro e retificador;

O PRP, por sua vez, demonstra certa estabilidade elegendo três (3) vereadores em 1947 e 1951 e dois (2) nas demais eleições. O PDC surge em 1955, elegendo (3) e aumentando sua bancada para quatro (4) vereadores em 1959 e 1963. A UDN, por fim, coligada com o PL entre 1947 e 1959 não havia elegido vereadores, mas elege um (1) em 1963.

Tabela 2 - Vereadores eleitos por partido entre (1947 e 1963)

Partido	Ano da Eleição				
	1947	1951	1955	1959	1963
PTB	2	4	5	6	4
PRP	3	3	2	2	2
PSD	5	2	2		2
PSP		1	2	1	
PDC			3	4	4
PL		1	1		
CD	1				
FDC*				2	
MTR					1
UDN/PL					1
ARS					1
Total	11	11	15	15	15

* Frente Democrática Caxiense

Fonte: Jornal A Época. Caxias do Sul, 20 de novembro de 1947. Número 464, p. 01; Jornal Diário do Pioneiro. 10 de novembro de 1951. Ano IV, Número 2, pp. 1, 12 e 13. Jornal Pioneiro. 08 de outubro de 1955, número 50, p. 01; Jornal Pioneiro. 14 de novembro de 1959. Ano XII – número 2. pp. 01-15; Jornal Pioneiro. 17 de setembro de 1955. Número 47. pp. 01-12. Jornal Pioneiro. 16 de novembro de 1963, ano XVI, número 03. pp. 01-03.

Para as eleições municipais de 1947 disputaram PTB, PRP, PSD e UDN/PL. O PTB era o partido favorito e possuía apoio do PSP, Apoio este que decidiria “a eleição a favor de qualquer dos quatro candidatos”³⁹. O sistema multipartidário previa eleições separadas para prefeitos e vices, podendo inclusive os eleitos ser de partidos diferentes, é o que ocorre em Caxias. O PTB elege o Prefeito, PRP o Vice-Prefeito e na Câmara Municipal é preenchida por maioria do PSD. Demonstrando imprevisibilidade e alta competição das eleições. O PTB vence o PRP na eleição para o executivo municipal por uma diferença de 378 votos. PTB obteve 3.836 votos ou 33,29%, o PRP com 3.458 e (30,01%), PSD (25,89%) e a coligação UDN/PL (10,81%) dos votos válidos (N=11.522). Para Vice-Prefeito o PRP vence o candidato do PTB por 135 votos. PRP fez 3.222 (28,36%), o PTB 3.087, PSD (23,61%) e UDN/PL (20,87%) dos votos (N=11.363).

Nas eleições de 1951, observamos que a disputa ao executivo municipal é travada apenas por duas chapas, de um lado o PTB com João José Conte, e de outro a coligação (PSD/PRP/PL/UDN) que lança o pessedista Euclides Triches. Os partidos que fazem parte da coligação em 1951, se somados suas votações na eleição de 1947, sinalizava vantagem de Triches, que além de carismático contava com forte apoio do setor industrial e do comércio, além de uma coligação consistente. Nos periódicos locais, após as eleições observa-se sua foto rodeada por anúncios de empresas saudando sua vitória sobre o PTB (Imagem 01). A diferença do primeiro para o segundo foi de 873 votos. Euclides Triches do PSD conquista 8.064 votos

³⁹ Jornal A Época. Caxias do Sul, 20 de novembro de 1947. Número 464, p. 01.

(52,83%), enquanto o petebista João José Conte 7.201 votos e 47,17%⁴⁰. Para Vice-prefeito⁴¹, é eleito o candidato do PSD Hermes João Webber que obteve uma votação aproximada da de Triches, com (8.079 – 53,41%). No legislativo⁴² o PTB amplia sua participação e dos onze vereadores elegem quatro (4) obtendo 35,43% (5.407) da votação para a Câmara Municipal – (CM). PRP elegeu três (3), PSD (2), PSP (1), PL (1). Desta forma, a coligação anti-PTB consegue eleger prefeito, vice e a maioria da CM.

Imagem 1 – Empresas saudando Euclides Triches pela sua vitória e carta ao setor produtor



Fonte: Jornal Diário do Pioneiro, Caxias do Sul. 10 de novembro de 1951. Ano IV, Número 2, pp. 1 e 13.

Apesar de o pleito de 1955 ao executivo apresentar três chapas, o padrão polarizado é recorrente. Apresentaram candidatos a coligação do PTB/PRP, FD com (PSP/PSD/PL) e o insipiente PDC. PTB/PRP derrota a FD por 3011 votos, obtiveram 11.213 votos que significaram 52,51% dos votos válidos. A FD obteve 34,41% e o PDC 9,08%. Nesta eleição os votos brancos e nulos crescem tanto para o prefeito (743), quanto para vice-prefeito (1.002). Entre os Vice-Prefeitos, Guido Mondin, dos 21.355 votos válidos obteve 52,51%, o candidato da FD 38,41% e o do PDC 9,08%. No legislativo a PTB/PRP conquistam sete (7) vagas, PSP/PSD/PL cinco (5) e PDC três (3). PTB obteve a maior votação entre os vereadores, elegeu cinco (5) e obteve 30,70%; PRP elege (2) e ficou com 14,36%⁴³

Na eleição de 1959 o currículo dos candidatos parece ter influenciado de certa forma na escolha dos eleitores que deveriam escolher entre duas chapas. A do PTB/PRP que apresentava como candidato a prefeito um economista e para vice um contador, enfrentando a coligação da FD (PSD/PL/PDC/UDN), que coopta o PDC para suas fileiras. Houve disputa nesta eleição e a

⁴⁰ (N=15.265)

⁴¹ (N=15.125)

⁴² (N=15.262)

⁴³ (N=21.185)

coligação do PTB/PRP vence a FD por uma diferença de 1143 votos. FD obteve 13.101 votos, e o PTB-PRP conquista 52,09% dos 27.345 votos válidos. O vice prefeito do PTB-PRP obteve uma votação aproximada à do prefeito, apresentando uma diferença de apenas 117 votos, o candidato da FD perfaz 46,74% dos votos válidos⁴⁴. No legislativo a coligação do PTB faz a maioria com oito (8) assentos, a FD (5) e a FDC (1). O PTB obteve 9.595, o PDC 7.912 e o PRP 4.426 votos. Mais uma vez, identifica-se que é grande o aumento dos votos brancos e nulos (para vice-prefeito foram 3.222).

Em 1958 a coligação anti-PTB representada pela ADC - (PSD/PDC/PRP/PL/UDN/MTR) enfrenta o PTB/PSP. A ADC é encabeçada por Hermes João Webber, que já possuía trajetória como prefeito e vice prefeito, acompanhado de Idorly Zatti, presidente do PDC, que enfrentariam pelo PTB-PSP o candidato a prefeito Júlio Costamilan com trajetória na burocracia municipal durante os governos petebistas, e como vice Flavio Belini, Diretor de Obras da Prefeitura. A ADC vence esta eleição, sendo ela também essencial para compreender o padrão de migração para o interior da ARENA e do MDB no município.

Após 1958, o PTB assume uma postura mais agressiva conquistando a prefeitura em 1963. Esse pode ser o indicador de uma migração política natural dos petebistas ao interior do MDB. Entretanto, as candidaturas em ambos os partidos, seguem a regra de indicar candidatos com experiência anterior, até como uma possível estratégia do partido, na intenção de auferir um maior numero de votos.

Tabela 3 - Sublegendas apresentadas pela ARENA e MDB entre 1968 e 1976

CAXIAS DOS SUL					
Ano Eleição	Partido	Prefeito	Vice-Prefeito	Votos	Situação
1947	PTB	Luciano Sebastião Corsetti	Armando Luiz Biazus ⁴⁵	3836	Eleito
	PRP	Guido Mondin	Angelo Ricardo Costamilan ⁴⁶	3458	
	PSD	Dário Granja Sant'Anna	João Laber Spinato ⁴⁷	2983	
	UDN/PL	Américo Ribeiro Mendes	Manoel Ramos de Castilhos ⁴⁸	1245	
1951	PSD/PRP/PL/UDN	Euclides Triches	Hermes João Webber ⁴⁹	8064	Eleito
	PTB	João José Conte	Antônio Pinho ⁵⁰	7201	Interino
1955	PTB/PRP	Rúben Bento Alves	Guido Mondin ⁵¹	11213	Eleito
	PSP/PSD/PL	Mansueto Castro Serafini F ^o	João Pratavieira Neto ⁵²	8202	
	PDC	Bruno Felix Rossi	Emilio Ataliba Finger ⁵³	1940	
1959	PRP	Bernardino Conte⁵⁴			Interino
1959	PTB/PRP	Armando Luiz Biazus	Isidoro Domingos Moreto ⁵⁵	14244	Eleito

⁴⁴ (N=26.524)

⁴⁵ Candidato Vice-Prefeito (PTB) 1947, não eleito, com 3.087 votos;

⁴⁶ Vice-Prefeito eleito (PRP) 1951, com 3.222 votos;

⁴⁷ Candidato Vice-Prefeito (PSD) 1947, não eleito, com 2.683 votos;

⁴⁸ Candidato Vice-Prefeito (UDN/PL) 1947, não eleito, com 2.371 votos;

⁴⁹ Vice-Prefeito eleito 1951, com 8.079 votos; Pelo afastamento de Triches, assume como prefeito entre 1954/1955; Candidato a prefeito derrotado (PDS) 1959; e Prefeito eleito (ADC) 1963;

⁵⁰ Candidato Vice-Prefeito (PTB) 1951, não eleito, com 7.046 votos;

⁵¹ Vice-Prefeito eleito (PRP) 1955, com 11.480 votos/

⁵² Candidato Vice-Prefeito (PL) 1955, não eleito, com 7.803 votos;

⁵³ Candidato Vice-Prefeito (PDC) 1955, não eleito, com 1.768 votos;

⁵⁴ O presidente da Câmara Bernardino Conte assumiu a prefeitura em 1959 porque o prefeito Rúben Bento Alves elegeu-se deputado estadual, e o seu vice Guido Mondin ao Senado em 1958

⁵⁵ Vice-Prefeito eleito (PRP) 1959, com 14.127 votos;

	PSD/PL/PDC/UDN	Hermes João Webber	Edmundo Pezzi ⁵⁶	13101	
1963	ADC ⁵⁷	Hermes João Webber	Idorly Zatty ⁵⁸	18083	Eleito
	PTB/PSP	Júlio Costamilan ⁵⁹	Flavio Belini ⁶⁰	14517	
	ARS		Bruno Segall		
1968	ARENA I	Mário Romano Lunardi ⁶¹	Aurélio Barp ⁶²	12407	
	ARENA II	Idorly Zatti	João Cipolla ⁶³	9427	
	MDB I	Vitório Três ⁶⁴	Mansueto Castro Serafini F ^o ⁶⁵	12715	Eleito
	MDB II	Artemin Karan ⁶⁶	Mansueto Castro Serafini F ^o	10334	
1972	ARENA I	Mario Bernardino Ramos ⁶⁷	Mario David Vanin ⁶⁸	28925	Eleito
	MDB I	Mansueto Castro Serafini F ^o	Nadyr Rossetti ⁶⁹	18134	
	MDB II	Moacyr Mendes de Oliveira	Nadyr Rossetti	6510	
	MDB III	Armando Alexandre Biazus ⁷⁰	Nadyr Rossetti	3113	
1976	MDB	Mansueto Castro Serafini F ^o	Clovis Drago ⁷¹	43802	Eleito
	ARENA	Victor José Faccioni ⁷²	Virvi Ramos	31726	
1982	PDS I	Mário David Vanin ⁷³	Ruy Pauletti	25297	
	PDS II	Cláudio A. Muratere Eberle	José Enedir Dias Benfica ⁷⁴	6397	
	PDT I	Sady Pindo Guedes	Antonio Roberto Schumarcher	3931	
	PDT II	Leopoldo Claus	Antonio Roberto Schumarcher	4398	
	PDT III	Dorvalino Mincatto ⁷⁵	Antonio Roberto Schumarcher	9322	

⁵⁶ Candidato a Vice-Prefeito (PDC) 1959 e derrotado, com 12.397 votos;

⁵⁷ Aliança Democrática Caxiense – ADC – Integrada por (PSD/PDC/PRP/PL/UDN/MTR).

⁵⁸ Vice-Prefeito eleito (PDC) 1963; Era também o presidente do partido em 1963 e concorre pela Aliança Democrática Caxiense;

⁵⁹ Diretor de Administração da Prefeitura de Caxias do Sul/ Secretário Municipal de Administração, 1961-1962 - Vereador (MDB) 1968 e 1972; Deputado Estadual (MDB) 1975; Deputado Federal (MDB/PMDB) 1979 e 1983; Deputado Federal (Constituinte – PMDB) 1987;

⁶⁰ Diretor de Obras da Prefeitura 1959;

⁶¹ Vereador (MTR) 1963;

⁶² Vereador (PDC) 1963;

⁶³ Vereador (PDC) 1963; Suplente (ARENA) 1972;

⁶⁴ Prefeito (MDB I) 1968; Prefeito (PMDB) 1982;

⁶⁵ Vereador (PTB) 1959 e 1963; Candidato derrotado Vice-Prefeito (PSD) 1955; Vice-prefeito (MDB) 1968; Prefeito (MDB) 1976; Prefeito (PMDB) 1989;

⁶⁶ Responsável por organizar o Comitê Caxiense Pró Legalidade, o qual seria presidido pelo Prefeito e integrado ainda por todos os vereadores, Centros Acadêmicos, imprensa escrita e falada e com a coordenação do **Capitão Artemin Karan** que fora designado pelo Comitê Central do Palácio Piratini, para a centralização dos serviços de alistamento de civis, em caráter voluntário. Câmara Municipal de Caxias do Sul. Ata da 32ª Sessão Extraordinária ocorrida em 30-08-1961, em folha mimeografada.

⁶⁷ Suplente vereador (PL) 1955;

⁶⁸ Vereador (ARENA) 1968; Deputado Estadual não eleito (PPB) 1998;

⁶⁹ Vereador (PTB) 1963;

⁷⁰ Vereador (PTB) 1955; Prefeito (PTB) 1959;

⁷¹ Vereador (MDB) 1972; Candidato Prefeito (PMDB II) e derrotado 1982;

⁷² Vereador (PDC) 1963; Deputado Estadual (ARENA) 1967 e 1971; Deputado Federal (ARENA) 1979 e 1983; Deputado Federal Constituinte (PDS) 1987; Deputado Federal, 1991. Licenciou-se do mandato de Deputado Federal na Legislatura 1979-1983, para exercer o cargo de Secretário do Interior, Desenvolvimento Regional e Obras Públicas do Rio Grande do Sul, de 15 de março de 1979 a 4 de dezembro de 1980. Secretário-Geral, Diretório do PDC, Caxias do Sul, 1965-1966; Líder da Bancada, PDC; Vice-Líder, ARENA, ALRS, 1968-1971; Fundador e Secretário-Geral da Frente Parlamentarista Interpartidária do Congresso Nacional; Membro da Frente Parlamentar Cooperativista; Presidente, Diretório Regional, PDS, RS, 1980-1984; Fundador e Secretário-Geral, Frente Parlamentarista Interpartidária do Congresso Nacional e da Assembléia Nacional Constituinte; Líder, PDC, CM-Caxias do Sul: 1963-1965; Líder, PDS, 1991, Vice-Líder, PDS, 1992-1993; Vice-Líder Bloco PFL/ PSC/PTB/PSD/ PRS/ PDS, 1993.

⁷³ Vereador (ARENA) 1968; Vice-prefeito (ARENA I) 1971, assume como prefeito de 1974-1975; Vereador (PDS) 1982; Vice-prefeito (?) 1988; Vereador (PFL) 1988; Prefeito (PMDB) 1992; Foi Secretário Municipal do Planejamento nos anos de 1988 e 1989 e Diretor do SAMAE em 1974. Atuou como Presidente da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste do Estado (Amesne) no ano de 1986 e foi Vice-Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Famurs) de 1995 à 1996.

⁷⁴ Vereador (ARENA) 1976; Vereador (PFL e PTB) 1988; Vereador (PTB) 1992; Suplente (PTB) 1996;

	PMDB I	Vitório Trêz	Luiz Fdo Prates Menegat	43660	Eleito
	PMDB II	Clovis Drago	Marcial Pizoni	5438	
	PT	Jaime Rodrigues	Marcos Antonio O. Costa	1842	

Fonte: Período Multipartidário (1947-1963) - (Jornal A Época. Caxias do Sul, 20 de novembro de 1947. Número 464, p. 01; Jornal Diário do Pioneiro. 10 de novembro de 1951. Ano IV, Número 2, pp. 1, 12 e 13. Jornal Pioneiro. 08 de outubro de 1955, número 50, p. 01; Jornal Pioneiro. 14 de novembro de 1959. Ano XII – número 2, pp. 01-15; Jornal Pioneiro. 17 de setembro de 1955. Número 47, pp. 01-12. Jornal Pioneiro. 16 de novembro de 1963, ano XVI, número 03, pp. 01-03); **Ditadura (1968-1976)** e **Redemocratização (1982)** - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul;

Com base nas chapas para executivo municipal de Caxias no período bipartidário, e no cruzamento de dados destes nomes com o de políticos do período multipartidário, verifica-se que a ARENA em Caxias tem como força principal ex-membros do PDC como Victor José Faccioni (Vereador: 1963), João Cipolla - (Vereador: 1963), seguidos por ex-membros do PL, no caso Mario Bernardino Ramos (Suplente vereador: 1955) e do MTR, com Mário Romano Lunardi (Vereador: 1963), o restante dos nomes não encontramos relação anterior. A migração para o MDB é eminentemente de ex-membros do PTB, como Mansueto de Castro Serafini F^o, Armando Alexandre Biazus e novas lideranças. Se compararmos os dados da Câmara Municipal de Vereadores, a clivagem PTB *versus* anti-PTB vista nas eleições de 1963 para o interior da ARENA é mais clara.

Na eleição de 1968, já sob a égide do bipartidarismo, ARENA e MDB apresentam duas sublegendas cada um. A ARENA parece apresentar candidatos que foram socializados na Câmara Municipal em 1963, e integraram o MTR e PDC. **ARENA I** priorizou candidatos com experiência política anterior, obtendo a melhor votação do partido. Trata-se de Mário Romano Lunardi, que anteriormente elegeu-se Vereador pelo MTR em 1963 e como vice, Aurélio Barp, Vereador eleito pelo PDC em 1963; A **ARENA II** apresenta como prefeito Idorly Zatti (Vice-Prefeito eleito (PDC) em 1963 pela ADC e Presidente do PDC em 1963) seu vice, João Cipolla (Vereador (PTC) em 1963). Pelos resultados eleitorais parece não existir competição no interior do partido, porém se considerar que a ARENA I tem como vice um ex-vereador do MTR e não do PDC e a ARENA II apresentar dois ex-vereadores do PDC que exerceram mandatos na mesma legislatura, verificamos certa competição por espaço político. O **MDB I** tinha como candidato a prefeito Vitório Trêz, que não possuía trajetória anterior, e como vice, Mansueto Castro Serafini F^o (Vereador (PTB) em 1959 e em 1963; Candidato derrotado Vice-Prefeito (PSD) em 1955); O **MDB II** apresentou Artemin Karan, (que era capitão e em 1961 foi indicado pelo governo estadual para organizar Comitê Caxiense Pró Legalidade) e também sem trajetória anterior, seu vice também era Serafini.

Pelos resultados eleitorais, as legendas do MDB apresentaram melhor desempenho político e obtiveram 23.049 votos, representando 51,35% da votação, enquanto que a ARENA obteve 48,65% dos votos. O novo sistema impõe competição eleitoral, a diferença da vitória do MDB sob a arena foi de 1.215 votos.

A ARENA em 1972 apresenta apenas uma chapa. Mario Bernardino Ramos (Suplente vereador (PL) 1955) é indicado como candidato a prefeito, como vice, Mario David Vanin (Vereador (ARENA) 1968; Vice-prefeito (ARENA I) 1971), posteriormente a esta data teve longa trajetória política⁷⁶. O MDB estabelece três sublegendas e em todas o vice-prefeito foi o

⁷⁵ Suplente (MDB) 1972; Vereador (MDB) 1976;

⁷⁶ Assume como prefeito de 1974-1975; Vereador (PDS) 1982; Vice-prefeito (?) 1988; Vereador (PFL) 1988; Prefeito (PMDB) 1992; Foi Secretário Municipal do Planejamento nos anos de 1988 e 1989 e Diretor do SAMAE em 1974. Atuou como Presidente da Associação dos Municípios da Encosta Superior do Nordeste do Estado

mesmo e possuía trajetória eleitoral pelo PTB (Nadyr Rossetti), sendo vereador pelo PTB 1962, deputado federal em 1966 e posteriormente foi cassado pelo regime. No **MDB I** o candidato a prefeito foi o mesmo que foi candidato a vice e eleito na eleição anterior, além de ter trajetória no PTB, trata-se de Mansueto Castro Serafini F°. O **MDB II**, Moacyr Mendes de Oliveira, já o **MDB III**, apresenta Armando Alexandre Biazus (Vice-Prefeito eleito (PTB) 1947; Vereador (PTB) 1955; Prefeito eleito (PTB) 195). O MDB perde a eleição por menos 1.170 votos. E nem sempre a maior quantidade de sublegenda foi a melhor estratégia. Novamente as eleições são extremamente competitivas entre os dois partidos. MDB elege dez vereadores e a ARENA onze.

Em 1976 ARENA e MDB apresentam apenas uma chapa cada um. O MDB indica para prefeito um candidato que já havia sido em 1968 e 1972, um petebista histórico, seu vice, foi vereador pelo partido em 1972. A ARENA coloca como prefeito um ex-vereador membro do PDC eleito em 1963, em 1966 e 1970 foi deputado estadual e deputado federal em 1978, 1986 e 1990. O candidato à vice-prefeito era novato, o que indica a implementação da estratégia do regime de tentar patrocinar o surgimento de novas elites políticas no interior da ARENA. Desta vez o MDB vence a eleição com 43.802 votos, contra 31.762 da ARENA, por uma margem nunca antes vista de 12.76 votos. Isso parece refletir no legislativo onde MDB obtém 13 cadeiras e ARENA 9.

Sobre as rivalidades, um dado que chama a atenção no caso da composição das duas sublegendas do MDB, é a presença de Mansueto de Castro Sereafini Filho, candidato a vice pelo partido. Sua trajetória política abarca a passagem pela coligação FDC (PSD, PL e UDN), concorrendo como vereador em 1959 e ficando suplente. Mas o fato reside que no multipartidarismo, inicia sua carreira política contra situado como anti-PTB, no entanto, migra para o PTB e em 1963 é eleito vereador, já no interior do MDB conquista o executivo municipal, em 1968 e 1976. Sendo um exemplo de que a polaridade (PTB/Anti-PTB) não é regra para o caso caxiense, podendo ser atribuído a este fato, o peso da vitória do PTB ao executivo municipal nas eleições de 1963 com Armando Alexandre Biazus. Mansueto foi o principal político do MDB. A competição política durante o bipartidarismo continua parecida como a verificada no período anterior, apenas apresentaram um padrão em 1968 e 1972, onde o vencedor não imprimiu ao derrotado uma diferença superior a 1.200 votos. Nas eleições de 1976 o MDB massacra a ARENA e vence por uma diferença de 12.076 votos, em 1982 com a abertura o PMDB I obteve sozinho com 43,54% da votação, enquanto que o segundo lugar (PDS I) conquista apenas 25,25%. No geral, a soma de votos do PDS atinge 31,60%, PDT 17,60% com três sublegendas e PMDB com duas, 48,96% e PT 1,84% dos votos válidos. Desta forma, em 1982, a vitória do PMDB sob o segundo colocado PDS foi de 17.404.

No que tange ao legislativo municipal o PTB teve crescimento constante, que se mantém com o MDB. Outro fato que corrobora a continuidade da identificação do eleitorado com os candidatos do extinto PTB são as vitórias que os mesmos conquistam ao longo do período analisado: 1947-1982. Neste período ocorreram nove (9) eleições, seis (6) delas foram vencidas pelo PTB e MDB⁷⁷. Tais aspectos demonstram que, principalmente em um contexto de uma cidade com razoável grau de industrialização, mesmo com todo o apoio às forças governistas, era difícil para o regime garantir a vitória da ARENA nas urnas.

4. Conclusão:

(Amesne) no ano de 1986 e foi Vice-Presidente da Federação dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul (Famurs).

⁷⁷ Três (3) PTB e três (3) MDB.

O desempenho político dos partidos em Ijuí e Caxias do Sul apresentam algumas diferenças no período analisado. A cidade de Caxias durante o período multipartidário de 1947-1963 teve cenários de alta competição e reprodução, em âmbito municipal da polarização PTB *versus* anti-PTB. Os principais partidos no município foram o PTB e o PRP que, quando coligados, conquistaram as eleições de 1955 e 1959. No município de Ijuí, identificamos competição ao executivo municipal nos anos de 1947, 1951 e 1955, centradas entre três partidos (PSD, PRP e PTB). Nas eleições de 1959 com a coligação da Frente Democrática - FD (PSD/UDN/PL), e 1963 com a da Ação Democrática Popular – ADP (PRP/UDN/PL/PDC), procuravam derrotar o crescimento do PTB na esfera local. No legislativo municipal o PTB entre 1955 e 1963 crescia e seus vereadores obtinham as maiores votações entre os partidos.

Na transição do multipartidarismo para o bipartidarismo, a estratégia política do militares de extinguir as antigas instituições e formar novos partidos políticos, não é suficiente para anular a identificação do eleitorado com lideranças trabalhistas. Em Caxias, mesmo com as dificuldades impostas pelo regime militar, o MDB/PMDB conquista as eleições de 1968, 1976 e 1982, sendo que em 1976 a margem de votos foi de 12.076, lembrando que esta diferença nunca passou dos 4 mil votos em todo o período.

A polarização anti-PTB é clara nos dois municípios nos anos de 1951 e 1963. O padrão de competição em Caxias na vigência do multipartidarismo é de eleições polarizadas (1951, 1955, 1959 e 1963), diferentemente em Ijuí que recorre apenas em 1959 e em 1963. Os dois municípios tinham o PRP um dos principais partidos do município e o “fiel da balança”.

Essa polarização, principalmente a ocorrida nas eleições de 1963 é uma das chaves para compreender a migração para o interior da ARENA e MDB. As lideranças partidárias que fizeram parte das coligações, ADP - (PRP/UDN/PL/PDC) em Ijuí e ADC - (PSD/PDC/PRP/PL/UDN/MTR) de Caxias, são vistas no interior da ARENA e os remanescentes do -PTB, no interior do MDB. Porém ressaltamos que tal modelo explicativo tem seus limites. Identificamos, por exemplo, em Caxias que um antigo membro da ala anti-PTB, Mansueto Serafini Filho, ex-PSP, ainda no multipartidarismo migra para o PTB e será um dos principais políticos do MDB. Em Ijuí, Francisco Assis Costa, ex-membro do PL e com longa trajetória de vereador, ingressa no MDB No Rio Grande do Sul, a clivagem PTB *versus* anti-PTB serve para se ter uma primeira compreensão do processo de tomada de decisão (filiação na ARENA, ou no MDB), das antigas lideranças políticas. Porém, para se ter uma compreensão mais acurada deste importante período, é fundamental a análise mais detalhada deste fenômeno. E o âmbito municipal constitui-se em cenário promissor de análise.

5. Referências Bibliográficas

ABREU, Alzira, BELOCH, Israel, LATTMAN-WELTMAN, Fernando e LAMARÃO, Sérgio (coords). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

As Eleições no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese[197].

AZEVEDO, Fay de. O balanço das eleições de 58 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 8 – abril de 1960.

_____. O balanço das eleições de 1952 no Rio Grande do Sul. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 16 – janeiro de 1964.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IJUÍ. O poder legislativo em Ijuí. BINDÉ, Ademar Campos e Carlos José Rupp (Orgs). Dezembro de 2006.

BOWLER, Shaum, FARRELL, David and KATZ, Richard. Party cohesion, party discipline and parliaments. In: _____. (coords). *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio State University, 1999.

DALLARI, Dalmo de A. Considerações sobre o comportamento do eleitorado paulista. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº43 – julho de 1976.

_____. Respostas do eleitorado paulista aos estímulos de uma nova ordem. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº23/24 – julho de 1967/janeiro de 1968.

FERRAZ, Francisco. As eleições de 1974 e o futuro do bipartidarismo no Rio Grande do Sul. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

FERREIRA, Oliverios. O comportamento eleitoral em São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº8 – abril de 1960.

_____. A crise de poder do “sistema” e as eleições paulistas de 1962. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº16 – janeiro de 1964.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. São Paulo: Ed. da FGV, 1999.

FILHO, Luís V. *O governo Castelo Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.

GUIMARAES, Ari. Bahia: uma eleição sem surpresas. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº43 – julho de 1976.

KINZO, Maria d`Alva G. *Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB1966/1979*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

KRIEGER, Daniel. *Desde as missões... saudades, lutas, esperanças*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

LAVER, Michael, SHEPSLE, Kenneth. How political parties emerged from the primeval slime: party cohesion, party discipline and the formation of governments. In: BOWLER, Shaum, FARRELL, David and KATZ, Richard. (coords). *Party Discipline and Parliamentary Government*. Ohio State University, 1999.

MAINWARING, Scott, MENEGUELLO, Rachel e POWER, Timoty. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MALHEIROS, Arnaldo. O comportamento do eleitorado paulistano no pleito de 59. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº10 – janeiro de 1961.

PANEBIANCO, Ângelo. *Modelos de Partido. Organización y poder en los partidos políticos*. Madri: Alianza, 1990.

SAMPAIO, Nelson de S. Eleições baianas. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 8 – abril de 1960.

_____. As eleições baianas de 1962. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 16 – janeiro de 1964.

_____. Meio século de política baiana. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 20 – janeiro de 1966.

_____. Perfil eleitoral da Bahia – 1966. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Nº 23/24 – julho de 1967/janeiro de 1968.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SOUZA, Maria Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil 1930-1964*. São Paulo: Editora: Alfa - Omega. 1983.

TRINDADE, Hélió. Eleições e partidos no Rio Grande do Sul: do sistema multipartidário à criação do bipartidarismo (1950-1976). In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

_____, e CEW, Judson de. *Confrontação política e decisão eleitoral: as eleições municipais de 1976 em Caxias do Sul* in: REIS, Fábio Wanderley (org.). *Os partidos e o Regime: a lógica do processo eleitoral brasileiro*. São Paulo: Símbolo, 1978.

_____, e NOLL, Maria I. *Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul – 1945-1994*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS / Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

_____. *Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991.

XAUSA, Leônidas e FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

Jornais:

Jornal A Época. Caxias do Sul, 20 de novembro de 1947. Número 464.

Jornal Diário do Pioneiro, Caxias do Sul. 10 de novembro de 1951. Ano IV, Número 2.

Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 08 de outubro de 1955, número 50.

Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 14 de novembro de 1959. Ano XII – Número 2.

Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 17 de setembro de 1955. Número 47.

Jornal Pioneiro. Caxias do Sul. 16 de novembro de 1963, ano XVI, Número 03.

.